

Neoliberalismo: fundamento das reformas antidireitos¹

O neoliberalismo pode ser definido como uma **ideologia** ou **doutrina** que tem ganhado adesão e simpatia dos políticos e da opinião pública internacional e nacional, estabelecendo, por isso, os parâmetros para a política econômica de grande parte dos países do mundo.

Como seu nome indica, o neoliberalismo (“novo liberalismo”) traz de volta à cena o conjunto de teses econômicas conhecido como *liberalismo*. Na sua acepção geral, o termo liberalismo define as ideias, teorias ou doutrinas que dão primazia à liberdade individual e rejeitam qualquer tipo de coerção do grupo ou do Estado sobre os indivíduos. No plano econômico, o liberalismo teve notável influência no desenvolvimento do capitalismo do século XIX.

Um ponto central nessa doutrina era o repúdio a qualquer intervenção do Estado na área econômica. Os liberais entendiam que os fenômenos econômicos eram regidos por uma ordem natural, que tendia ao equilíbrio e prosperidade. O mecanismo de garantia dessa ordem residia, para eles, na livre concorrência. Essas ideias permanecem como substrato do neoliberalismo dos dias de hoje, embora muitos outros elementos tenham sido introduzidos.

ASPECTOS DO IDEÁRIO NEOLIBERAL

O neoliberalismo surgiu em alguns países da Europa e nos Estados Unidos como uma reação contrária ao **Estado do Bem-Estar** (ver box). Data de 1944 a publicação do livro *O Caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, que é considerado o texto de origem da ideologia neoliberal. Em 1947, os seguidores do neoliberalismo fundaram a Sociedade de Mont Merin, com o objetivo de combater o *welfare state* [Estado do Bem-Estar] e de preparar o caminho para a instalação de um capitalismo mais duro e livre de regras.

Uma das ideias centrais desse grupo, apontada por Perry Anderson, é reveladora do caráter excludente da proposta neoliberal: os membros da Sociedade de Mont Merin consideravam a desigualdade social um valor positivo e criticavam o igualitarismo promovido pelo Estado do Bem-Estar, que, segundo eles, levava as populações à dependência e à passividade.

As ideias neoliberais não tiveram muita ressonância nas décadas de 1950 e 1960. Nessa época, estavam sendo registradas as mais altas taxas de crescimento econômico da história do capitalismo, sob a hegemonia do modelo do Estado do Bem-Estar. Em 1973, porém, esse modelo econômico entrou em crise. Na Europa e nos Estados Unidos, teve início uma longa recessão que combinou baixas taxas de crescimento econômico com altas taxas de inflação. Esse foi o terreno propício para o avanço das ideias neoliberais.

Os partidários do neoliberalismo diziam que a crise dos anos 1970 era resultado da pressão excessiva dos sindicatos por maiores salários e por mais gastos sociais (pra saúde e escola públicas, moradia, assistência social, salários-desemprego etc.). Propunham que, para vencer a crise, a meta dos governos devia ser a estabilidade monetária. Para isso, sugeriam duas medidas: a) disciplina orçamentária, com contenção dos gastos para o bem-estar social; b)

¹ Texto extraído e adaptado a partir de “**Ajuste estrutural, pobreza e desigualdades de gênero**”, escrito por Mônica Fanch, Carla Batista e Sílvia Camurça. Recife, Iniciativa de Gênero/SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2001. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MKiwUHEXRAAogNhWE7-X9p1nzruS8XCM/view>.

restauração da taxa “natural” de desemprego, que iria quebrar o poder dos sindicatos. Também aconselhavam os governos a adotarem reformas fiscais para incentivo dos agentes econômicos. Na prática, essas reformas consistem em reduzir os impostos que recaem sobre os mais ricos.

Outra forma de entender o paradigma neoliberal é dividindo suas implicações em três planos, seguindo a análise de Maria Alice Domingues Ugá (1997): o **econômico**, o **social** e o **político**. No plano econômico, o neoliberalismo rejeita o padrão de intervenção estatal keynesiano (Estado do Bem-Estar) – defendendo que o Estado deve se retirar da economia, através da desregulamentação e da privatização de empresas estatais. No plano social, há uma negação do conceito de justiça social, substituindo-se o objetivo de promover a igualdade e a solidariedade pelo estímulo à diferenciação e ao individualismo. Na concepção liberal, a competição entre os indivíduos é que levaria ao progresso. No plano político, há uma tentativa de despolarizar a agenda: considera-se que as decisões públicas devem responder às necessidades de mercado, essa deveria ser o norte da política pública.

O que é o Estado do Bem-Estar?

Também chamado de *welfare state* (em inglês), o Estado do Bem-Estar é o modelo estatal desenvolvido, sobretudo, nos países europeus ao término da II Guerra Mundial, em 1945. Seus princípios básicos foram elaborados pelo economista inglês John M. Keynes; por isso, com frequência, fala-se em keynesianismo para se referir a esse tipo de Estado. Houve muitas variações na forma em que os diversos países compreenderam e aplicaram o modelo do *welfare state*. É possível, entretanto, identificar algumas características básicas:

- a) O Estado intervém na área econômica, através de subsídios a diversos setores. Também controla a exploração de alguns recursos naturais (indústria mineral, energia etc.) através de empresas estatais. Na época, isso fazia parte de um projeto de construção nacional que, no plano político, correspondia à democracia liberal.
- b) O Estado é responsável pela promoção da justiça social e do igualitarismo. As políticas sociais são universais: saúde, educação e previdência para todas as pessoas. Aumentam os recursos destinados a essas políticas.
- c) Abandona-se a ideia de que a lógica do mercado está acima de tudo. No campo das relações de trabalho, a estabilidade das/os trabalhadoras e trabalhadores no emprego é estimulada. Nos países onde este modelo se desenvolveu, o poder de negociação dos sindicatos era muito forte.

AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO MUNDO

Na Europa, o primeiro país a implementar medidas neoliberais para sair da crise foi a Inglaterra, sob o governo de Margareth Thatcher, que começou no ano de 1979. Para Perry Anderson (1996), esse foi o modelo neoliberal mais puro de todos. As políticas liberais de Thatcher compreendiam a contração da emissão de moeda; elevação das taxas de juros; diminuição dos impostos sobre os mais ricos; abolição dos controles sobre os fluxos financeiros; combate ao sindicalismo (legislação anti-sindical e repressão às greves); corte nos gastos sociais; amplo programa de privatizações.

Outros países ricos seguiram o exemplo inglês, ainda na década de 1980, embora com variações consideráveis. Em 1982, foi a vez dos Estados Unidos com a eleição de Ronald Reagan. A ritmos

diferentes, quase todos os países europeus implementaram esse modelo entre os anos 1980 e 1990. A queda do Muro de Berlim ampliou a área de influência neoliberal às antigas economias comunistas, já na década de 1990. Nesse período, outras regiões também se abriram ao avanço do neoliberalismo com intensidade variável (caso dos países asiáticos).

Mas, afinal, o que foi que essas políticas trouxeram para esses países? Vejamos o que diz Perry Anderson no seu *Balanço do Neoliberalismo*:

- A inflação dos anos 1970 foi detida, o que foi considerado um sucesso.
- Houve recuperação dos lucros, graças às derrotas sindicais. Isso também é contabilizado como um sucesso pelos neoliberais.
- Em todos os países, as taxas de desemprego cresceram, assim como a desigualdade social.
- Apesar de terem seguido à risca as medidas neoliberais, os países não conseguiram retomar o crescimento econômico. Esse é o grande fracasso do neoliberalismo, pois o objetivo final de todas essas medidas era, justamente, a retomada do crescimento econômico. Nesse ponto, o neoliberalismo mostrou-se ineficaz.

Você deve estar se perguntando se esse aspecto não forçou os países a mudarem de estratégia. Por enquanto, diremos que o neoliberalismo continua sendo apresentado como a única alternativa de sociedade, a despeito do seu resultado prático.

O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, a implantação de programas neoliberais iniciou-se no Chile, no governo de Pinochet. A maior conversão ao modelo do neoliberalismo, porém, aconteceria em fins dos anos 1980 e seria fortemente estimulada pelo crédito das Instituições Financeiras Multilaterais aos Programas de Ajuste Estrutural.

Segundo Maria Alice Domingues Ugá (1997), as políticas de ajuste respeitam os principais aspectos do ideário neoliberal, quais sejam: *as duas instituições máximas da sociedade são o mercado e a propriedade privada; o Estado institui e fiscaliza o cumprimento de leis gerais que dão suporte a essas duas instituições; a política subordina-se ao primado da economia.*

O problema é que todo esse estímulo ao mercado e ao setor privado está sendo feito em países que nunca desfrutaram dos benefícios de um Estado do Bem-Estar. O contexto latino-americano diferencia-se radicalmente dos centros que irradiaram as ideias neoliberais (Europa e Estados Unidos) pelas maiores taxas de pobreza, violência, desigualdades econômicas e de gênero. **Como é possível implementar, num contexto desses, um modelo de sociedade ainda mais excludente?**

Uma das formas que eles encontram para “minimizar” os impactos negativos, trata-se de implementar políticas compensatórias, voltadas a alguns setores da população, como substituto às políticas sociais de abrangência universal. Outra estratégia é revestir as reformas de caráter de “necessário e inevitável”², facilitando a aceitação da doutrina neoliberal em nome de um suposto “bem maior”: o desenvolvimento da nação a longo prazo. O discurso do “desenvolvimento”, contém muitas justificativas para toda espécie de políticas, por piores que sejam suas consequências, oferecendo também argumentos favoráveis ao avanço do neoliberalismo.

² Como foi o debate da reforma trabalhista e tem sido o debate sobre a reforma da previdência.